

A PESSOA SURDA NA ESCOLA REGULAR: É POSSÍVEL?

Heloisa Sacomano de Oliveira; Prof^ª Ms Eliza Montrezol

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail heloisa_sacomano@hotmail.com
Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail elizams@terra.com.br

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Palavras Chaves: Surdo, Escola Inclusiva, Língua de Sinais, Identidade

INTRODUÇÃO

A escola tem, historicamente, excluído o estudante a partir do momento em que ela vê todos de uma maneira homogênea, como se todos que frequentassem-na não tivessem histórias e contextos de vida diferentes (ESTEBAN, 2007)

A educação inclusiva é baseada em uma política cultural, social e pedagógica que visa acabar com a discriminação dentro da sociedade. O conceito de inclusão refere-se a todos os tipos de diferenças, sejam elas intelectuais, físicas, culturais, sociais, lingüísticas e outras tantas mais.

A escola é um espaço, por excelência, de construção de interação social. Quanto mais diversificadas forem às interações, maior será a riqueza humana. Portanto, uma boa escola é aquela que valoriza as diferentes formas de expressão humana. A escola inclusiva tem no seu escopo essa idéia da diversidade humana.

Essa pesquisa busca contribuir socialmente, para a inserção do surdo, um grupo marginalizado, na sociedade.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por finalidade compreender como está sendo realizada a inserção do aluno surdo dentro da escola regular e em quais condições ela se dá. Será que essa inclusão atende as reais necessidades educacionais dos surdos? Qual a melhor maneira de implementar a educação dos surdos na escola regular? Essa última pergunta, é a questão mobilizadora da pesquisa que também traz consigo uma questão social grandiosa: a educação, que tem por finalidade desenvolver um sujeito crítico e participativo dentro da sociedade, conhecedor dos seus direitos e deveres está desenvolvendo a sua real função?

METODOLOGIA

Foram selecionados 2 livros que falam sobre surdez - Linguagem, Surdez e Educação (GOÉS, 1996) e O Surdo: caminhos para uma nova identidade (MOURA, 2000) ; o artigo Como incluir: o debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade (MIYASHIRO; SHILLING, 2008) e o livro Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial (SKLIAR, 2001) que falam sobre educação e inclusão; o texto Língua, linguagem e linguística (PETTER in Fiorin, 2005) que aborda o conceito de língua e linguagem, o Parecer 17/2001, a Lei 10436/2002 e o Decreto 5626-05 e ainda, os artigos Súmula: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (vol. 28, nº 75, 2008); Educação Popular: Desafio à

Democratização da Escola Pública (vol. 27, nº 71, 2007); A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O Que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência (vol.26, nº 69, 2006); A Política e as Bases do Direito Educacional (ano XXI, nº 55, 2001) dos Cadernos Cedes, para discutir o processo de inclusão, a fim, de atender os objetivos propostos pela pesquisa.

Os documentos analisados foram buscados nos acervos da Faculdade de Educação da USP, da Universidade de Mogi Das Cruzes - campus Villa Lobos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, no site na Prefeitura do Estado de São Paulo e no site dos Cadernos Cedes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho com a pessoa surda na escola especial, historicamente, foi pautado em atividades que não respeitam a sua capacidade cognitiva. Pois consideram o surdo como uma pessoa sem linguagem.

Para haver comunicação é preciso que os signos sejam decifrados, portanto, se faz necessário uma socialização da língua, ou seja, ela precisa ser comum a todo o grupo, ou pelo menos a algumas pessoas dele. A língua é um conjunto de signos que representam palavras e expressões usadas por determinados grupos.

A linguagem, segundo Petter (in FIORIN, 2005) é um sistema pertencente a capacidade individual e social do ser humano. A linguagem faz parte do interior do ser humano. Todos, independentes de sua condição, carregam a linguagem dentro de si.

É através da linguagem que interagimos uns com os outros.

Antigamente o indivíduo que não ouvia e nem falava era considerado incompetente, porque não aprendia. Esse era o conceito de surdo, pois: “Desde que a fala não se desenvolvia sem a audição, quem não ouvia, não falava e não pensava, não podendo receber ensinamento e, portanto, aprender.” (MOURA, 2000, p.16).

A escola é um espaço, por excelência, de construção de interação social. Quanto mais diversificadas forem as interações maior será a riqueza humana. Portanto, uma boa escola é aquela que valoriza as diferentes formas de expressão humana. A escola inclusiva tem no seu escopo essa idéia da diversidade humana.

Com a Declaração de Salamanca foi aberto o debate sobre a perspectiva da escola inclusiva. Na Declaração de Salamanca está estabelecido que:

(...) todas as crianças e adolescentes, de ambos os sexos, têm o direito fundamental à Educação; cada um possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade que integre e dar educação a todos. (MIYASHIRO; SCHILLING, 2008, p. 245).

Os princípios da Declaração de Salamanca se referem aos sujeitos que apesar de se inserirem em sociedades que se intitulam democráticas, não desfrutam dos direitos que essas dão aos seus cidadãos, ou seja, não desfrutam dos direitos que conquistaram como pessoas com condições emocionais, intelectuais, físicas, sociais, linguísticas diferenciadas, entre outras características. (MYASHIRO; SHILLING, 2008)

Segundo Góes (1996), somente a partir do século XVI é que se têm registros a respeito de procedimentos educacionais usados na instrução de surdos. Desde então, linhas diferenciadas sobre a educação dos surdos como: oralismo, bimodalismo, comunicação total, bilinguismo e a língua de sinais estão em discussão.

Alguns teóricos da Idade Moderna e da Idade Contemporânea da área de educação para surdos, entre eles professores, médicos e monges como Ponce de Leon, Bonet, Rodrigues Pereire, Amman, Wallis, Braidwood, Abbé de L'Épée, Itard e Baron de Gerando, defendiam uma educação oralizada. Muitos deles até desenvolveram métodos para chegarem aos seus objetivos. Alguns deles, como Itard, após anos de estudos sem sucesso revisaram suas teorias e concluíram que para a educação dos surdos ser bem sucedida é preciso que ela se dê na Língua de Sinais.

O sistema bimodal foi criado para incorporar a língua dos surdos na aprendizagem da língua majoritária. Essa prática, a mais usada nas escolas (MOURA, 2000), equivale ao uso dos sinais e da fala simultaneamente. Todavia, ela deixa de respeitar as regras de uma das duas línguas, visto que ambas têm estruturas gramaticais diferenciadas, sendo, portanto, muito difícil conciliar sempre todas as palavras usadas.

Essa prática acaba não delegando ao surdo a condição bilingue, já que muito provavelmente a língua falada será a língua que não seguirá as regras corretamente.

Em entrevista com alguns surdos, Goés (1996) descreve a grande dificuldade de comunicação entre ela e eles devido a imensa necessidade de explicar algumas expressões usadas por ela na entrevista, visto que nem todas as palavras em português são reconhecidas pelos surdos considerados bilingues. Outra dificuldade encontrada também foi a falta de conhecimento por parte dos surdos na denominação do nome de Língua Brasileira de Sinais como os mesmos sinais que eles usavam. Muitos denominaram a Libras como “mímica” ou apenas sinais.

Segundo Goés (1996), na pesquisa realizada por ela, os sinais utilizados dentro da sala de aula, são usados apenas como suporte para aquisição da língua majoritária.

Para elaborar seu livro *O Surdo* (2000), a fonoaudióloga Maria Cecília de Moura entrevistou Ricardo, um surdo muito conhecido na comunidade surda e conhecido também pelos profissionais que trabalham com surdo. No livro, Ricardo conta à autora e fonoaudióloga que na escola aprendeu mais ou menos a escrever apenas frases curtas. A própria escola o tinha como incapaz e por isso limitava o ensino que lhe era oferecido. De acordo com Moura (2000) vivenciar esse tipo de situação foi tão significativo e intenso para Ricardo, que, ele acabou por se convencer que a criança ouvinte é mais inteligente que a criança surda.

Um dos motivos pelo qual o fracasso escolar acontece é porque a subjetividade da criança é anulada e a “desqualificação escolar é fruto de sua própria falta de mérito” (ESTEBAN, 2007, p. 13) e essa busca pela homogeneidade travada pela escola faz com que esses alunos desejem se tornar iguais uns aos outros.

Fazer parte de uma sociedade onde a maioria dos seus integrantes são ouvintes e por isso, precisar se sujeitar a ela, não importando a sua identidade, é a melhor maneira de homogeneizar o mundo.

CONCLUSÃO

A inclusão do aluno surdo dentro das escolas regulares deve oferecer aos mesmos condições para eles se tornarem sujeitos ativos e integradores do mundo ouvinte. O respeito à cultura, a identidade e a subjetividade do surdo (MOURA, 2000) é imprescindível para que a inclusão realmente exista. Fazê-los falar e escrever a todo custo e igual aos ouvintes não é inclusão, mas sim a negação da cultura a qual eles pertencem. A melhor maneira de alfabetizar o surdo na língua majoritária é através da sua língua materna, a língua de sinais (GOÉS, 1996).

A real preocupação da educação oferecida ao surdo deveria ser a sua constituição como pessoa, como cidadão participante e ativo dentro de uma sociedade, e não apenas a preocupação em tentar fazê-lo falar a todo custo, limitando o seu aprendizado e taxando

- o como incapaz. O surdo é capaz de fazer tudo dentro da sua surdez desde que a sua identidade não seja negada e a sua subjetividade anulada (MOURA, 2000).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação Popular: **Desafio à Democratização da Escola**. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n. 71, p. 9-17, jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 mar. 2009

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MIYASHIRO, Sandra Galdino; SCHILLING, Flávia. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa: revista da faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 243-254, maio/ago, 2008.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PETTER, Margarida. **Lingua, linguagem linguística** “in” FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística: objetivos teóricos. São Paulo: Contexto, 2005.